

## APRESENTAÇÃO

O significado exacto de um número temático não é fácil de apresentar. Tal como a investigação em si, liga-se a uma diversidade de motivos e de influências cruzadas. São de sublinhar, no entanto, duas justificações que, à partida, dão razão e conteúdo ao projecto. Trata-se, em primeiro lugar, da vontade de dar a conhecer os resultados de algumas das investigações em curso na área da sociologia da família em Portugal. Os desafios são múltiplos neste campo: mapear as diversas formas e os funcionamentos da família e do casal, perceber as solidariedades familiares, identificar os ritmos e a intensidade da mudança familiar, realçar as cumplicidades entre políticas públicas e esfera privada, dar conta das tensões — entre o individual e o colectivo, entre família e trabalho, entre homens e mulheres, entre tradição e modernidade — que atravessam as transformações da família na sociedade portuguesa. Apenas uma parte deste trabalho de investigação pode, aqui, ser apresentada e discutida. Resta que o presente número dá conta de alguns resultados importantes sobre as famílias contemporâneas na sociedade portuguesa. Como se verá, privilegia sobretudo os modos de organização interna da vida familiar sem entrar, ou apenas de relance, na problemática das políticas públicas (que poderá ser objecto, espera-se, de um outro número).

Estimular a apreciação crítica do estado da arte neste domínio, tomando o pulso às maneiras de entender e fazer sociologia da família, é um segundo motivo. Ao longo dos últimos vinte anos, a sociologia da família em Portugal desenvolveu-se. Ganhou autonomia, alargou o seu campo de análise, diversificou as suas abordagens e metodologias, inseriu-se em algumas redes internacionais de produção de conhecimento; adquiriu, em suma, algum estatuto próprio dentro da sociologia portuguesa. Sabe-se que tem sido um processo lento. Apenas há dez anos, numa altura em que foi publicado um primeiro

número semitemático<sup>1</sup> sobre a família e se fez um balanço da investigação neste campo, comentei que a sociologia da família se encontrava, no início dos anos 90, numa fase inicial de um esforço de reflexão sistemática<sup>2</sup>. Os primeiros trabalhos de investigação, realizados na década de 80 e início da década seguinte, foram elaborados nas entrelinhas de trabalhos pertencentes a outras temáticas — os movimentos migratórios, as classes sociais, a demografia, a sociedade rural, as temáticas femininas — ou, então, limitaram o seu campo de análise a objectos restritos, adoptando uma abordagem intensiva e qualitativa. Lutava-se nessa fase com a insuficiência de dados, quer quantitativos, quer qualitativos, e com a dificuldade em analisar a mudança familiar sem um conhecimento satisfatório tanto do presente como do passado. Os últimos dez anos representam uma fase mais rica e diversificada de produção científica. Foi necessário aprofundar a análise baseada nas estatísticas oficiais, mas a estas vieram juntar-se vários inquéritos dirigidos especificamente às famílias. A maneira de pensar e interrogar a vida familiar também se alterou: de uma perspectiva mais centrada na família do casal com filhos (assim como na ruptura do casal) passou-se para o estudo de outras formas de vida familiar (famílias monoparentais, casais homossexuais), das clivagens na família (violência doméstica, desigualdades de género) e, ainda, das solidariedades primárias, familiares ou outras. Do ponto de vista metodológico, a abordagem estrutural, destacando as determinações de classe, passou a incluir sistematicamente as determinações de género e, também, a ser confrontada com abordagens que realçam a orientação subjectiva e a autonomia (relativa) dos actores sociais. Por último, no âmbito de alguns temas, é já possível comparar os resultados de pesquisas realizadas por equipas diferentes e debater as diferenças de resultados e de interpretação. Por outras palavras, estamos perante uma certa acumulação de dados e de perspectivas e julgamos que o presente número, sem pretender de forma alguma dar uma visão completa das pesquisas realizadas ou em curso, reflecte precisamente quer as diversas maneiras de fazer sociologia da família, quer o conhecimento mais aprofundado que começamos a ter, hoje, das famílias na sociedade portuguesa.

Falta acrescentar uma última motivação. Reafirmar os laços existentes com investigadores de outras nacionalidades que nos apoiam e colaboram connosco há duas décadas não foi, inicialmente, um objectivo que presidisse à organização deste número. No entanto, o seu planeamento coincidiu com um seminário de investigação que permitiu, mais uma vez, um debate frutífero à volta das investigações em curso no Laboratório de Sociologia da

---

<sup>1</sup> *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 11, 1992

<sup>2</sup> Cf. K. Wall, «Elementos sobre a sociologia da família em Portugal», in *Análise Social*, n.ºs 123-124, pp. 999-1009, 1993.

Família, em Genebra, e no ICS e no CIES, em Lisboa. Pensou-se que o ideal seria fazer, para este número, uma comparação entre os tipos de família nas sociedades suíça e portuguesa. Dificuldades da análise comparativa e de tempo adiaram a sua concretização. Optou-se, em alternativa, por incluir um artigo de Jean Kellerhals, Cristina Ferreira (uma socióloga portuguesa radicada em Genebra) e David Perrenoud sobre as linguagens do parentesco. Ao interesse do próprio artigo junta-se aqui então a nossa vontade de reconhecer uma antiga e longa colaboração entre investigadores portugueses e suíços.

Olhando para os trabalhos aqui reunidos, podemos comentá-los quer do ponto de vista da sua maneira de fazer sociologia da família, quer do ponto de vista das suas principais conclusões. Os primeiros cinco artigos, assim como a nota de Maria João Valente Rosa, partem das *Estatísticas Demográficas* (INE) ou de inquéritos extensivos realizados, por um lado, pelo INE (*Inquérito à Fecundidade e Família*, 1997; *Inquérito à Ocupação do Tempo*, 1999) e, por outro lado, por uma equipa de sociólogos da família (inquérito «Famílias no Portugal contemporâneo», 1999<sup>3</sup>). Procuram responder, com dados representativos ao nível do continente ou de Portugal no seu conjunto, a dois tipos de interrogação. Em primeiro lugar, qual é a evolução dos indicadores demográficos que tratam de certos acontecimentos ou situações «familiares»: fecundidade e contraceção, nascimentos dentro e fora do casamento, tipos de coabitação, divórcio e recasamentos? As respostas a esta pergunta permitem construir «os quadros sociais da vida privada»<sup>4</sup>, ou seja, fornecem, a partir de indicadores que são trabalhados há várias décadas e de forma bastante similar em países diferentes, um diagnóstico abrangente sobre a mudança das formas de vida privada. Em segundo lugar, qual a diversidade dos modos de funcionamento da família em Portugal e quais os factores sociais que mais contribuem para essa diferenciação? É uma análise que tem por objectivo penetrar na organização interna da vida familiar e captar a pluralidade dos funcionamentos.

Respondendo ao primeiro desafio, o artigo de Ana Nunes de Almeida, Isabel André e Piedade Lalanda aborda a questão da queda da fecundidade nas últimas décadas, procurando descrever e interpretar a curva descendente e os novos padrões da fecundidade (poucos filhos, maternidade mais tardia, aumento dos nascimentos fora do casamento). Num segundo momento, partindo dos resultados do *Inquérito à Fecundidade e Família* (INE), exploram-se dados sobre esterilidade, contraceção, interrupção voluntária da

---

<sup>3</sup> Inquérito realizado no âmbito do projecto de investigação «Famílias no Portugal contemporâneo: momentos de transição, interacções familiares e redes sociais», desenvolvido no quadro do ICS e do CIES/ISCTE. Trata-se de uma amostra representativa (ao nível do continente) de «casais com filhos».

<sup>4</sup> Cf. François de Singly, «Les avancées en sociologie de la famille», in F. Singly *et al.*, *La famille en questions — état de la recherche*, Paris, Syros, 1996.

gravidez e trajectórias de vida sexual e de procriação (início da vida sexual, desfasamento ou coincidência entre procriação e conjugalidade). É uma análise sociográfica que procura situar a fecundidade no contexto mais amplo das práticas e dos percursos procriativos e de vida sexual, destacando aí as variações relacionadas com a idade, a religião, a condição familiar e a posição na estrutura social. Os resultados representam um primeiro passo numa sociologia da procriação: de uma visão homogénea sobre uma fecundidade em queda em todas as regiões do país e assente na generalização do uso da contracepção moderna passamos para uma visão mais diferenciada e complexa das práticas reprodutivas. São mulheres jovens que iniciam o seu percurso sexual e procriativo de forma diversificada, umas muito jovens e sem protecção dentro da conjugalidade, outras fora da conjugalidade e outras ainda, geralmente mais escolarizadas, fora da conjugalidade mas com a primeira relação sexual eficazmente protegida. São mulheres adultas que, quando são domésticas, tendem a não fazer contracepção ou a usar métodos de reduzida eficácia. É a interrupção voluntária da gravidez que vem corrigir falhas da contracepção e, por isso, surge associada quer a mulheres que utilizam métodos de eficácia reduzida, quer a mulheres que usam os de eficácia elevada.

Interpretar o aumento contínuo, desde a década de 70, dos nascimentos fora do casamento é o objectivo do artigo de Pedro Moura Ferreira e Sofia Aboim. Apoiada nas estatísticas demográficas de 1995 e de 2000, a análise mostra-nos que a maioria dos nascimentos fora do casamento ocorre em situações de coabitação conjugal. Em 2000, três em quatro nascimentos fora do casamento são de casais coabitantes e apenas um em quatro de mães sozinhas. Procurando chegar ao significado sociológico destas situações, os autores encontram diferentes perfis de coabitação e de monoparentalidade. Identificam, na coabitação com filhos, o tipo «entrada da parentalidade» (casais jovens a ter o primeiro filho), o tipo «coabitação de longo curso» (casais com baixos capitais sócio-profissionais, baixa inserção profissional feminina e com vários filhos) e o tipo «coabitação de recomposição» (casais mais velhos e com filhos de uma conjugalidade ou relação anterior), representando o primeiro e o último tipos, respectivamente, 49% e 32% do total. Destaca-se assim a coabitação relacionada com os momentos iniciais da vida familiar e com a recomposição familiar; a «coabitação de longo curso», pelo contrário, surge como minoritária e característica dos meios desfavorecidos. Analisando os resultados à luz das teorias que associam coabitação e modernização da vida familiar, os autores concluem de uma forma prudente. Os resultados corroboram a importância de novas formas de organização familiar, tornando-se os trajectos mais informais em matéria de vínculos conjugais e as entradas na vida conjugal mais faseadas, mas denotam também a presença de aspectos de matriz tradicional. A precariedade económica e

social e a desigualdade de género que se associam, ainda fortemente, aos vários tipos de coabitação contrariam a ideia de uma associação estreita entre coabitação e novas relações conjugais ancoradas na autonomia individual e na igualdade de género.

Saber quem se ocupa do trabalho não pago, incluindo aí diferentes actividades que se realizam no espaço doméstico, desde os cuidados prestados às crianças e aos idosos até às tarefas domésticas ou administrativas, é uma questão central para a sociologia da família. Partindo do *Inquérito à Ocupação do Tempo* realizado pelo INE em 1999, Heloísa Perista propõe-se analisar a diferente afectação das mulheres e dos homens ao trabalho não pago e averiguar em que medida algumas variáveis sociais e familiares (condição perante o trabalho, nível de instrução, rendimento e tipo de agregado doméstico) influenciam os usos do tempo por género. Os resultados mostram uma profunda assimetria na participação dos homens e das mulheres no trabalho não pago. Já não se trata de um afastamento total dos homens, dado que 94% das mulheres, mas também 59% dos homens, realizam tarefas não pagas no espaço doméstico. Mas os dados revelam uma divisão do trabalho não pago fortemente marcada por diferenças de género. Assim, se olharmos para as mulheres e os homens empregados, constatamos que os homens gastam, em média, 9 h 11 m na actividade profissional e 1 h 38 m no trabalho não pago, enquanto as mulheres passam, em média, 8 h 4 m no trabalho pago e 4 h 7 m no não pago. Na população com mais de 15 anos, apenas um terço dos homens nunca faz compras habituais para a casa, mas metade nunca cozinha e a maioria (81%) nunca trata da roupa (apenas 10% das mulheres). A proporção de homens que nunca realizam tarefas domésticas é menor quando os homens vivem sozinhos ou numa família monoparental, desce à medida que o nível de rendimento e de instrução sobe, sendo no entanto os homens com o ensino secundário os que mais sobressaem em termos de participação no trabalho não pago (apenas 25% nunca cozinham e 66% nunca tratam da roupa).

Retomando a velha questão dos modos de funcionamento e organização familiares, os dois artigos seguintes (Sofia Aboim e Karin Wall; Pedro Vasconcelos) procuram caracterizar as famílias portuguesas do ponto de vista das suas interacções internas, por um lado, e das suas relações com uma rede alargada de parentes e pessoas próximas (amigos, vizinhos) que lhes prestam apoio, por outro lado. No primeiro artigo, os resultados mostram que existe na sociedade portuguesa uma pluralidade considerável de formas de viver em casal e em família. Nas famílias marcadas por papéis de género muito diferenciados encontramos não só o tipo «bastião», caracterizado por uma fusão forte e um grande fechamento ao exterior (20% do total de famílias), mas também as famílias de tipo «paralelo» (15%), igualmente fechadas sobre si mesmas mas assentes numa forte autonomia conjugal nas

práticas e nas intenções, e ainda as famílias de tipo «paralelo familiar» (22%), ligeiramente mais fusionais e abertas do que as de tipo paralelo. Representando 57% do total, estes três tipos de família estão mais associados a valores «institucionais» da vida familiar e aos meios camponeses e operários. Nas restantes famílias, menos marcadas pela diferenciação dos papéis de género e mais associadas a valores «companheiristas», encontramos também alguma diversidade. Para além da bem conhecida dinâmica familiar de tipo «associativo» (15%), centrada na autonomia individual, na importância do casal e numa abertura intensa, existem duas formas de interacção mais fusionais: nas famílias de tipo «fusão aberta» (16%) cruza-se uma dinâmica predominantemente fusional de coesão com alguma abertura ao exterior, enquanto nas famílias de tipo «confluyente» (12%) a norma fusional e a abertura forte ligam-se a práticas «polivalentes» que combinam a fusão e a autonomia. Nestes três tipos de matriz mais companheirista é interessante verificar que as dinâmicas fusionais tendem a propiciar uma maior partilha das tarefas domésticas, estando a autonomia associada, no caso das famílias «associativas» pesquisadas, a um menor envolvimento conjunto do casal no trabalho doméstico (compensado, nestas famílias, pela empregada doméstica). As dinâmicas *fusão aberta* e *confluyente* estão mais ligadas aos sectores intermédios e executantes do terciário, as dinâmicas associativas aos grupos com maiores capitais escolares e profissionais. Conclui-se pela importância das determinações de classe na estruturação das relações familiares, ressaltando, no entanto, uma certa margem de autonomia das formas de funcionamento familiar.

O objectivo de Pedro Vasconcelos é caracterizar as redes de apoio informal e perceber a sua articulação com as situações de classe das famílias inquiridas. A partir de uma análise em termos do volume de apoios recebidos, da lateralização, do género e das categorias dos dadores, mostra-se que o apoio prestado às famílias é mais ocasional do que sistemático, existindo mesmo um número relevante de famílias que não recebem ajudas, e que a rede de apoio é basicamente uma rede de parentesco restrito, centrada nos progenitores e nos irmãos/irmãs do casal, fortemente feminizada e mais volumosa nas categorias sócio-profissionais mais privilegiadas. (São, aliás, resultados que se encontram confirmados noutros artigos deste número — ver os artigos sobre o trabalho não pago e as mães só — que, não tendo por objecto as redes de apoio, procuram ver em que medida elas influenciam a organização familiar.) Para aprofundar a relação entre posições sociais e volume de apoios, o autor procura definir diferentes perfis estratégicos de reprodução familiar, defendendo a ideia de que essas diferentes posições, associadas a desiguais volumes de capitais e de apoios, «estruturam diferentes lógicas de reprodução familiar através da transmissão diferencial de variadas espécies de apoio» (desde grandes ajudas — transmissão de patri-

mónio, dádivas e empréstimos — até às ajudas quotidianas). Em comparação com as fracções de classe mais favorecidas, caracterizadas por uma *estratégia de transmissão e dádiva patrimonial* (empresários e dirigentes) ou de *empréstimo patrimonial* complementado com elevados níveis de ajudas quotidianas (fracções intelectuais e científicas), as fracções de classe mais desfavorecidas revelam uma estratégia mais centrada nas pequenas dádivas ou empréstimos, assim como na mobilização de pessoas próximas para pequenas ajudas quotidianas. Os níveis de apoio podem ser médios, como no caso dos empregados executantes dos serviços, cuja estratégia é de *mobilização relacional e pequena dádiva* (ajudas em grandes festas, dádiva de móveis e electrodomésticos), ou, em geral, mais baixos: nas famílias operárias, havendo poucas pequenas dádivas, a estratégia é de *pequeno apoio quotidiano*, enquanto nas famílias de assalariados agrícolas e agrícolas e industriais a exclusão das redes de apoio é ainda mais marcada não só pelo baixo número médio de pequenas dádivas, mas também pelo menor número de ajudas quotidianas (*estratégia de dependência para a sobrevivência quotidiana*).

Os últimos quatro artigos fazem uma sociologia compreensiva baseada em métodos qualitativos. Alicerçados nos discursos e nas representações dos entrevistados, aproximam-se das experiências vividas, actualmente e ao longo do percurso de vida ou das gerações, e permitem mais facilmente detectar e ilustrar o sentido que os actores dão à família, ao casal ou às relações intergeracionais.

Com base em entrevistas semidirectivas a indivíduos pertencentes a vinte e cinco linhagens familiares, Jean Kellerhals, Cristina Ferreira e David Perrenoud abordam a questão da formação da identidade nas famílias contemporâneas. O objectivo é explorar as linguagens do parentesco, isto é, analisar os principais traços e as tendências evolutivas das culturas familiares que servem de fundamento aos processos de construção identitária dos indivíduos. Identificam-se em primeiro lugar os mecanismos que contribuem para a formação e a transmissão de culturas familiares. São múltiplos: incluem a constituição de determinadas referências (lugares ou cenas que se constituem como símbolos, ancoragens em grupos ou comunidades, parentes que encarnam projectos e ideias), as práticas colectivas que activam essas referências (gestão de património, actividades políticas ou religiosas, rituais íntimos) e, ainda, os modos de organização familiar que reproduzem as referências e as práticas (fechamento ou abertura ao exterior, amplitude genealógica da rede de parentes, hierarquização dos diferentes actores). As combinações singulares entre estas componentes dão lugar a seis lógicas diferentes de construção identitária, umas de tipo institucional (lógica *património*, lógica *fé*, lógica *mito*) em que a cultura familiar se estrutura à volta da pertença a certos contextos ou instituições (um grupo económico, um país de origem, uma instituição religiosa), outras de tipo privatizado, em que

a cultura familiar se organiza em torno das dinâmicas relacionais internas (lógica *líder carismático*, lógica *disciplinas*, lógica *maiêutica*). Interessante é concluir sobre as linhas de evolução destas culturas familiares. Por contraste com a geração mais velha, os indivíduos das gerações mais novas activam menos as ancoragens sociais, os emblemas do grupo familiar e as hierarquias, privilegiando antes os referenciais personalizados e a ideia de rede criada pelas afinidades e pela proximidade expressiva.

Explorando a perspectiva individual de cada um dos membros do casal para melhor poder analisar os efeitos de género, Anália Torres procura verificar de que forma cada elemento do casal interpreta uma determinada forma de conjugalidade (institucional, fusional ou associativa) e o tipo de centramento do casal (em relação à relação conjugal, à parentalidade, à realização profissional, ao lazer). Conclui que nalguns casais homens e mulheres tendem para a mesma forma de conjugalidade, enquanto noutros existe uma defesa de formas diferentes, sendo a maneira de ver e de fazer masculina a que acaba por se tornar dominante. Num segundo momento analisa a relação entre diferentes gerações de casais e as variáveis acima referidas. Nos casais mais novos, juntos há menos de dez anos e situados num «tempo de instalação», ou seja, numa fase de adaptação e acertos conjugais, os resultados revelam pouca tensão e divergência no casamento de tipo «fusional» (mais característico dos entrevistados dos sectores operários e intermédios). Ambos os membros do casal investem no projecto parental e para ambos o casamento e a constituição da família representam estatuto e integração social. Por outro lado, o centramento na relação conjugal é pouco sublinhado e menos importante do que o projecto parental. Pelo contrário, na forma de conjugalidade de tipo «associativo» (associada pela autora a casais em que pelo menos um membro tem uma formação universitária) existem mais referências a tensões e dificuldades vividas. Os membros do casal partilham uma perspectiva de aposta diversificada nas diferentes dimensões da vida (carreira, parentalidade, conjugalidade, lazer), mas os homens definem claramente o seu projecto de realização pessoal, enquanto as mulheres manifestam dificuldades e insegurança na forma como lidar com os diferentes «papéis». Estas diferenças de género mantêm-se nos casais associativos pertencentes a gerações mais velhas, os homens encarando a vida familiar como uma espécie de pano de fundo seguro a partir do qual se projectam pessoalmente, as mulheres a investir em paralelo nas diferentes dimensões da vida. A análise de Anália Torres leva-nos assim a explorar, do ponto de vista dos actores, as discontinuidades (e as continuidades) geracionais, sociais e de género das formas de conjugalidade: ressaltam as tensões e as assimetrias de género nas diversas formas de conjugalidade e em gerações diferentes de casais, sublinha-se a tendência dos casais «operários» para o casamento fusional e a dos casais «universitários» para



o casamento associativo, aponta-se para o impacto forte, na vida conjugal das gerações mais recentes, de novos valores e interesses, nomeadamente os da emancipação feminina.

Cláudia Casimiro fez entrevistas em profundidade a trinta mulheres residentes em meio urbano, casadas (ou em união de facto) e de meios sociais distintos. Sondou as suas opiniões e representações sobre a violência conjugal: a definição da violência, as suas formas e possíveis causas, a sua relação com a vida conjugal e familiar, o seu impacto. O que as mulheres contam e pensam é diferente consoante o meio social. As mulheres de grupos sociais desfavorecidos falam do seu dia a dia, dizem da violência doméstica que as marcou e associam a violência conjugal aos maus tratos físicos e à violência verbal. As mulheres da franja social privilegiada falam pouco de si mesmas e definem a violência conjugal de uma forma mais complexa, incluindo aí não só a violência física, mas também a psicológica e a sexual. A sua definição da violência conjugal refere-se também a formas de violência «difíceis de definir»: por exemplo, o desrespeito das normas de privacidade e de igualdade que, na sua opinião, devem existir na vida conjugal. Assim, é interessante constatar que, para algumas mulheres, o facto de recusar partilhar as tarefas domésticas ou de não respeitar a individualidade do outro é considerado violência conjugal.

O meu contributo pessoal decorre de um trabalho de investigação em curso sobre a conciliação entre família e trabalho em diferentes tipos de família (famílias monoparentais, famílias dupla profissão, famílias imigrantes e famílias multigeracionais) e em cinco países europeus (da equipa de investigação portuguesa também fazem parte José São José e Sónia Correia). O caso das famílias monoparentais de mães sozinhas, que por ausência do pai podem estar mais expostas a problemas de conciliação, revelou de forma exemplar a diversidade de perfis neste domínio, assim como os problemas de articulação entre família e trabalho vividos por mães que trabalham. Considerei, assim, que se justificava apresentá-las autonomamente e de forma aprofundada. Partindo das trajectórias de entrada na monoparentalidade, analisei primeiro as motivações e os percursos das mães sós, procurando evidenciar as diferenças entre divorciadas e solteiras, entre ser mãe solteira adolescente ou adulta independente, entre separações muito conflituosas e outras mais negociadas; depois, centrando-me nas soluções e nos apoios convocados para cuidar das crianças, analisei os diferentes tipos de conciliação e a sua articulação com as trajectórias de vida das mães sós. Nota-se a importância do apoio da família mais próxima, sob a forma de uma ajuda intensa dos avós ou de uma ajuda ocasional de alguns parentes próximos, mas também ressalta a opção de poder conciliar de forma independente, com base em serviços alargados de acolhimento de crianças e em horários «normais» de trabalho, a vida profissional e os cuidados à criança;

por último, os apoios e serviços nem sempre chegam a algumas mães sozinhas que, com poucos recursos sociais e económicos, têm dificuldade em assegurar os cuidados às crianças.

Em síntese, podemos identificar, com base nos artigos analisados, três traços fortes da vida familiar na sociedade portuguesa contemporânea. Em primeiro lugar, há que sublinhar a diversidade da vida familiar, bem patente não só nos modos de interpretar a família, mas também na forma de a pôr em prática. Em segundo lugar, podemos referir as profundas mudanças em curso relacionadas com o trabalho das mulheres e os novos valores familiares — a autonomia, a igualdade e a negociação, a afectividade, a infância protegida e o reforço da paternidade — inscritas a pouco e pouco nas ideias e nas práticas familiares. Estas mudanças são acompanhadas por dois movimentos: o primeiro ligado a uma menor «institucionalização» e «normalização» dos percursos conjugais e familiares; o segundo, a um certo «alongamento» dos laços familiares, na medida em que as ajudas privilegiadas se apoiam sobretudo nas relações entre parentes em linha vertical. Por último, há que realçar a manutenção de fortes desigualdades sociais e de género que atravessam a família tanto internamente como nas suas relações com a rede de parentesco.

KARIN WALL